

Presidente ignora ministro da Saúde e aprova mototáxi

Temporão era contrário à regulamentação da profissão em razão do grande número de mortes em acidentes com motos

Lei traz exigências como colete de segurança e curso especializado; atividade só poderá ser exercida por maiores de 21 anos

ANGELA PINHO
LUCAS FERRAZ
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Ignorando alerta do Ministério da Saúde, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou ontem a lei que regulamenta a profissão de mototaxista.

Segundo estimativas da categoria, existem hoje no país 500 mil profissionais em atividade em 3.500 municípios, mas, com a lei, o número deve dobrar.

Após a aprovação do projeto no Congresso, no início do mês, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, qualificou-o como preocupante devido aos altos índices de mortes por acidentes de moto -19 por dia, segundo os dados mais recentes.

Ontem, voltou a criticar após reunião com Lula: "Moto é um problema. Vamos ter de nos debruçar e reforçar as campanhas de informação e de educação".

Segundo ele, o setor da saúde, como sempre, é que vai ter de enfrentar essa situação. "É uma nova profissão que surge; por outro lado, o cuidado deve ser redobrado em relação à prevenção", afirmou.

Para Flávio Emir Adura, presidente da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego, a lei está "na contramão da vida". Para ele, o número de mortes no trânsito envolvendo motocicletas deve duplicar. "Causa profunda preocupação a regulamentação da profissão. A morbidade e a mortalidade são o que mais assusta quem trabalha com segurança no trânsito."

Ao anunciar a sanção, o ministro Márcio Fortes (Cidades) disse que a lei traz avanços ao estabelecer requisitos básicos de segurança para os mototáxis. "Não podemos fechar os olhos à realidade. Essa atividade já existe e precisava ser regulamentada", afirmou.

A lei traz exigências, como colete de segurança e curso especializado para

transportar passageiros em motos. A atividade só poderá ser exercida por maiores de 21 anos de idade com ao menos dois anos de carteira de habilitação de moto.

Fortes disse também que o Conselho Nacional de Trânsito deverá definir a duração dos cursos de habilitação e os dispositivos de segurança. Estuda-se obrigar o fornecimento de toucas higiênicas para os passageiros usarem sob o capacete.

Para Robson Alves, presidente da federação dos mototaxistas e motofretistas, a regulamentação "já estava passando da hora". "São mais de dez anos de luta. Ser reconhecido é o mais importante."

Prefeitura de SP

A Prefeitura de São Paulo informou em nota que vai estudar a regulamentação do serviço e que não pode ignorar lei federal. Anteriormente, o prefeito Gilberto Kassab (DEM) havia declarado apoio à lei.

Lula vetou artigo do projeto relativo não a mototaxistas, mas a serviços de segurança feitos por motociclistas. O trecho citava obrigações, como esperar o morador fechar o portão de casa e avisar a polícia sobre a presença de estranhos. Para o governo, isso deve ser objeto de contratos privados.

Motoqueiros são 50% das vítimas de acidentes no HC

ALENCAR IZIDORO
DA REPORTAGEM LOCAL

Um levantamento do Hospital das Clínicas de São Paulo mostra que metade das vítimas de acidentes de trânsito atendidas em sua unidade de traumas nos últimos três meses pilotava ou estava na garupa de uma motocicleta -tipo de veículo que representa somente 12% da frota da capital paulista.

De 300 pessoas com lesões em acidentes viários socorridas no pronto-socorro do Instituto de Ortopedia e

Traumatologia, 148 eram motoqueiros (mais de três a cada dois dias).

A estatística inédita não foi compilada por acaso justamente neste mês. O objetivo declarado pelo hospital é tentar discutir os impactos que a regulamentação dos mototáxis -sancionada ontem pelo presidente Lula (PT) e admitida pelo prefeito Gilberto Kassab (DEM)- poderá ter no sistema de saúde.

A fisiatra Júlia Greve, responsável pelo levantamento, diz que os custos com a internação de motoqueiros acidentados no instituto de ortopedia do HC já passam de R\$ 100 milhões por ano -verba suficiente para construir e equipar dois hospitais públicos do porte que a prefeitura planeja para a Brasilândia, zona norte (75 leitos).

Ela afirma que a atividade dos mototáxis elevará de forma inevitável a quantidade de vítimas, que não haverá recursos para suportar esses gastos e que todos os pacientes da rede pública serão prejudicados.

"O sistema de saúde já está estrangulado. O motoqueiro que chegar em estado grave vai roubar a vaga de alguém que estiver menos grave. Uma pessoa com infarto, por exemplo, pode ser mais mal atendida, pode ficar mais tempo na fila ou até deixar de ser atendida", diz a médica. "A despesa com um só motoqueiro acidentado pode ser suficiente para tratar mais de mil casos de gripe suína."

A estimativa é que, nos primeiros seis meses de internação, um motociclista custe R\$ 300 mil ao hospital -entre gastos com cirurgia, enfermagem e medicamentos, por exemplo.

Júlia Greve diz não haver levantamentos anteriores no instituto com os mesmos critérios, mas que, no começo da década, a estimativa era que os motociclistas representavam 25% dos atendimentos hospitalares.

No ano passado, as mortes no trânsito na cidade de São Paulo caíram 6,6% -queda que foi atribuída por técnicos principalmente à lei seca. O número de motociclistas mortos, entretanto, subiu 2,6% -atingindo 478 casos, que representam um terço do total de vítimas.